



SECTEC
Secretaria de Estado da
Ciência e Tecnologia - Goiás



SSP
Secretaria de Estado da
Segurança Pública - Goiás



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE
ESCRIVÃO DE POLÍCIA DE 3ª CLASSE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS
CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Domingo, 16 de agosto de 2009

1ª Prova

CADERNO DE PROVA

Instruções

- 1 . Este caderno de prova é composto de **40 (quarenta) questões objetivas**, conforme anexo 1, do Edital n. 46, de 30 de julho de 2009. Confira-o todo e solicite sua substituição, caso apresente falha de impressão ou esteja incompleto.
- 2 . Leia cuidadosamente o que está proposto na prova.
- 3 . As respostas da prova objetiva deverão ser transcritas com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta **preta** no cartão de resposta, de acordo com as instruções previstas no item 16, do Edital n. 46, de 30 de julho de 2009.
- 4 . Se desejar, utilize a folha intermediária de respostas, no final deste caderno, para registrar as alternativas escolhidas.
- 5 . Durante a prova, o candidato não poderá levantar-se sem autorização prévia ou comunicar-se com outros candidatos.
- 6 . Os fiscais **NÃO** estão autorizados a fornecer informações acerca desta prova.

Identificação do candidato

QUESTÃO 1

Acerca do inquérito policial, procedimento no qual se documentam as investigações realizadas pela Polícia Civil com a finalidade de apurar autoria e demonstrar a materialidade das infrações penais, é CORRETO afirmar:

- a) Constitui procedimento com rito preestabelecido, não discricionário, ao qual o delegado está inflexivelmente vinculado quanto à ordem dos atos a serem realizados.
- b) Não é inquisitivo, pois para o seu trâmite é imprescindível a presença do órgão de acusação e do defensor.
- c) Trata-se de procedimento não sigiloso, porquanto é de interesse da sociedade acompanhar todo o trabalho investigativo.
- d) Tem como traço característico ser escrito, haja vista que todas as suas peças devem ser formalmente documentadas e impressas para conhecimento do seu inteiro teor.

QUESTÃO 2

Consideram-se peças iniciais do inquérito policial:

- a) Portaria e ofício
- b) Portaria e boletim de ocorrência
- c) Auto de prisão em flagrante e portaria
- d) Auto de prisão em flagrante e boletim de ocorrência

QUESTÃO 3

No que diz respeito à instrução do inquérito policial, é CORRETO afirmar:

- a) É permitido expedir mandado de intimação, usando-se, quanto ao fim desse ato, a expressão “para prestar esclarecimentos”.
- b) Para que ocorra a inquirição de um prefeito municipal, o seu chamamento à delegacia será feito por meio de mandado de intimação.
- c) Os servidores públicos civis serão intimados por meio de ofício endereçado ao chefe da repartição em que servirem, prescindindo-se de mandado de intimação na pessoa deles.
- d) Caso seja necessário inquirir um policial militar, será expedido ofício ao comandante da unidade militar a que pertencer, solicitando-se o comparecimento daquele à delegacia em dia e horário especificados na correspondência oficial.

QUESTÃO 4

As inquirições, atos que consistem em proceder às oitivas de pessoas a fim de colher informações acerca da infração penal, objeto da investigação documentada no inquérito policial, serão formalizadas através de:

- a) Termo de depoimento, para testemunha(s); termo de declarações, para indiciado(s) e termo de interrogatório, para vítima(s) e investigado(s).
- b) Termo de depoimento, para testemunha(s); termo de declarações, para vítima(s) e investigado(s) e termo de interrogatório, para indiciado(s).
- c) Termo de depoimento, para vítima(s) e investigado(s); termo de declarações, para testemunha(s) e termo de interrogatório, para indiciado(s).
- d) Termo de depoimento, para indiciado(s); termo de declarações, para vítima(s) e investigado(s) e termo de interrogatório, para testemunha(s).

QUESTÃO 5

Sobre a notícia de infração penal levada ao conhecimento do delegado de polícia através da prisão em flagrante do respectivo autor, é CORRETO afirmar:

- a) Denomina-se *notitia criminis* de cognição coercitiva.
- b) Denomina-se *notitia criminis* de cognição imediata.
- c) Denomina-se *notitia criminis* de cognição mediata.
- d) Não é considerada *notitia criminis*.

QUESTÃO 6

Quanto à instauração do inquérito policial, é CORRETO afirmar:

- a) Em crime de ação penal pública incondicionada, o delegado de polícia não deve instaurar o inquérito policial de ofício.
- b) Havendo fundada dúvida sobre a existência de crime nas informações noticiadas à autoridade policial, esta deve expedir ordem de serviço a fim de verificar a procedência das informações para depois deliberar quanto à instauração de inquérito.
- c) Nos casos de crime de ação privada, a autoridade policial está obrigada a instaurar inquérito policial, prescindindo da manifestação de vontade de qualquer pessoa.
- d) O delegado de polícia não poderá indeferir requerimento visando à instauração de inquérito policial.

QUESTÃO 7

No que se refere à prova testemunhal, é CORRETO asseverar:

- a) Não se defere o compromisso de dizer a verdade aos menores de 14 anos, quando estes prestam depoimento.
- b) O ascendente ou descendente do investigado/indiciado presta depoimento sob o compromisso de dizer a verdade.
- c) Sempre que possível, o delegado de polícia deve evitar transcrever no depoimento as expressões empregadas pela testemunha.
- d) As pessoas que devem guardar segredo em razão de sua função, ministério, ofício ou profissão, se autorizadas pela partes interessadas, são obrigadas a depor.

QUESTÃO 8

Acerca da inquirição de pessoas, é CORRETO afirmar:

- a) Se a testemunha não conhecer a língua nacional, ser-lhe-á nomeado um intérprete que cumprirá o encargo de traduzir as perguntas e respostas, não sendo necessário ao intérprete prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.
- b) Não se procederá à inquirição de surdo, mudo ou surdo-mudo.
- c) Quando o interrogado negar-se a assinar, tal fato será consignado no termo de interrogatório, o qual será assinado pela autoridade policial, por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura e pelo escrivão de polícia.
- d) Quando a testemunha não souber ou não puder assinar o termo de depoimento, bastará que tal fato seja certificado no depoimento, que será assinado somente pelo delegado de polícia e pelo escrivão.

QUESTÃO 9

Relativamente a certos atos do inquérito policial, é CORRETO afirmar:

- a) É vedado o reconhecimento de pessoas com base apenas em fotografias.
- b) Havendo apuração da autoria e da materialidade da infração penal, o indiciamento do autor do delito é ato facultado ao delegado de polícia.
- c) Em hipótese alguma é possível a acareação sem a presença de um dos acareados.
- d) Acareação é o ato no qual são colocados frente a frente as pessoas que divergiram em seus depoimentos, declarações e interrogatórios, a fim de dirimir dúvidas sobre pontos relevantes para a elucidação do crime em apuração.

QUESTÃO 10

No que diz respeito à instrução do inquérito policial, é CORRETO afirmar:

- a) É vedado ao escrivão de polícia autenticar documento xerocopiado, ainda que lhe seja exibido o documento original respectivo.
- b) Ao advogado é assegurado o acesso ao inquérito policial envolvendo seu cliente, mesmo que esteja sem procuração, podendo copiar peças, tomar apontamentos e requerer cópia.
- c) Em caso de remessa de inquérito policial de uma delegacia de polícia para outra, a esta é facultado manter a numeração de registro, capa e autuação realizados pela delegacia de polícia que originou o procedimento policial remetido.
- d) É vedado o desentranhamento de peças do inquérito policial.

Leia o texto abaixo e responda às questões de 11 a 14.

Procura-se uma explicação

Um mundo de mistérios se esconde por trás dos pequenos anúncios. Nunca pude avaliar, pelas suas fórmulas, quais as suas verdadeiras intenções. Fico a imaginar se o desespero de quem vende está na mesma proporção emocional de quem quer comprar. Objetos perdidos, quase sempre de estimação, documentos importantes, cachorrinhos desaparecidos, tudo na base do “gratifica-se bem”. Mas o que é gratificar bem, por exemplo, a uma pessoa que acha uma carteira com pouco dinheiro?

Acho que há um pouco de ironia e de deboche da parte de toda pessoa que põe um anúncio – e muito boa vontade da parte de quem acha que ali está a sua oportunidade. Há vários anos que encontro promessas de “lugar de futuro” e acho incompreensível que esse futuro não chegue nunca, e que as vagas continuem sempre disponíveis. Ou as pessoas acabam por descobrir que o seu futuro está fora dali ou são outras firmas que estão iniciando-se para oferecer novos futuros a futuros candidatos. Há uma certa ilusão de lado a lado: quem anuncia o futuro dos outros está pensando no seu presente e quem procura o seu futuro no presente de quem anuncia acaba é fazendo o futuro dos outros.

Até que ponto é sincero um anúncio que procura moças de “boa aparência”, de 18 a 25 anos, com prática de datilografia e um mínimo de 150 batidas certas por minuto? É tão necessário que sejam todas as batidas certas?

E esses que vivem vendendo objetos, um de cada vez, “por motivo de viagem”? Será que o dinheirinho de um aparelho de televisão ou de uma máquina de costura ou de um gravador último tipo lhes pagará a passagem? Talvez a viagem seja consequência: depois de vender os objetos, o melhor será mesmo abandonar a cidade.

E os técnicos? É impressionante como tem gente especializada anunciando sua especialidade. Mecânicos e eletricitas montam e desmontam qualquer aparelho em menos de cinco minutos, e no fim sempre nos entregam três ou quatro parafusos que não têm a menor utilidade. Penso na economia monstruosa que as fábricas fariam se, ao montarem seus aparelhos, houvessem contratado os técnicos do “atende-se a domicilio”.

LEON, Eliachar. *O homem ao cubo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. (Adaptado).

QUESTÃO 11

Ao falar de “pequenos anúncios”, o autor refere-se

- genericamente a vários tipos de anúncios.
- especificamente aos que oferecem serviços.
- essencialmente aos que tratam de empregos.
- exclusivamente aos que falam de objetos perdidos.

QUESTÃO 12

A expressão que não aparece nos anúncios que o autor menciona é:

- “Lugar de futuro”
- “Gratifica-se bem”
- “Atende-se a domicilio”
- “Procura-se uma explicação”

QUESTÃO 13

Conforme o texto, os técnicos que anunciam sua especialidade

- duvidam da competência dos mecânicos e eletricitas das grandes fábricas.
- trabalham com rapidez, mas não conseguem encaixar todas as peças de um aparelho.
- trabalham melhor que os das fábricas, resultando disto maior economia para as montadoras.
- entendem mais da montagem dos aparelhos que os técnicos das fábricas de eletrodomésticos.

QUESTÃO 14

Assinale a opção que expressa o significado da seguinte frase do texto: “quem procura o seu futuro no presente de quem anuncia acaba é fazendo o futuro dos outros”:

- Aquele que pretende encontrar boas oportunidades nos anúncios proporciona lucros ao anunciante.
- Quem oferece melhoria de vida aos outros através de anúncios pretende melhorar a própria vida.
- Quem busca o seu futuro no futuro dos outros prejudica irremediavelmente seu presente.
- O anunciante projeta seus atuais objetivos nas pretensões dos leitores.

Analisar a charge abaixo. A questão 15 refere-se a ela.



O POPULAR, Goiânia, 9 de jul. de 2009. p. 6.

QUESTÃO 15 (NULA)

Sobre a textualidade da charge, é CORRETO afirmar:

- a) A compreensão da charge faz-se mediante a interpretação da linguagem verbal e não verbal.
- b) A utilização da linguagem verbal compromete o entendimento da charge.
- c) A retirada da palavra “engoli” não modifica o sentido da charge.
- d) A linguagem verbal da charge é independente do contexto.

QUESTÃO 16 (NULA)

Quanto à linguagem não verbal, é CORRETO afirmar:

- a) Os textos não verbais devem ser lidos linearmente.
- b) Não existem textos exclusivamente não verbais.
- c) Nos textos não verbais, o leitor tem liberdade de leitura, isto é, não é obrigado a ler sempre na mesma sequência e pode apreender as imagens simultaneamente.
- d) Nos textos não verbais as imagens são apreendidas simultaneamente, mas não é possível identificar a autoria.

Leia o texto a seguir, fragmento da letra de uma das composições de Adorinan Barbosa. A questão 17 refere-se a ele.

Domingo nós fumu
 Num samba no Bexiga,
 Na rua Major
 Na casa do Nicola
 A “mezza notte o'clock”
 Saiu uma baita duma briga
 Era só pizza que avoava
 Junto cõas brajola .
 Nós era estranho no lugar
 E não quisemo se meter
 Não fumo lá pra briga
 Nós fumu lá pra come.

In: PLATÃO, Francisco, FIORIN, José Luiz, 16. ed. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo. Ática. 2003. p. 119.

QUESTÃO 17

Sobre a variedade linguística do texto, é CORRETO afirmar:

- a) A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade linguística indiscutível, portanto, a variante utilizada no texto é inapropriada, já que não reproduz a grafia correta das palavras em língua portuguesa.
- b) A variedade linguística usada não representa traços típicos da linguagem dos imigrantes italianos.
- c) Esse tipo de variação não é uma dimensão importante para a compreensão dos fenômenos associados à variação linguística brasileira.
- d) A letra dessa música representa uma variedade popular.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa em que o trecho dado apresenta melhor redação, considerando coerência, clareza e coesão:

- Decidira quebrar um velho hábito, pois não visitaria naquele Natal a irmã que lhe deixara desgostoso com o que lhe fez.
- Ele ficou tão desgostoso com o que a irmã lhe fizera que, quebrando um velho hábito, decidiu não visitá-la no Natal daquele ano.
- Naquele Natal ele não visitaria a irmã, a qual fizera-lhe um grande desgosto, quebrando assim naquele ano um velho hábito.
- O que a irmã fez-lhe causou-lhe tamanho desgosto que ele resolveu não ir visitá-la naquele Natal e quebrar um velho hábito.

Leia o texto a seguir. A questão **19** refere-se a ele.

A feira era enorme, num vasto prado que a defrontava com os muros da cidade. As barracas de lona, de madeira, de tapetes, de ramagens, alinhavam em grandes ruas. No topo do mastro flutuavam bandeirolas. E homens enfardelados como orientais, mulheres com pluma na cabeça, outras com traje de nações estranhas, conservavam-se por trás dos balcões, onde, seguindo a rua e os misteres, se desdobravam panos, reluziam jóias em caixas gradeadas, se perfilavam frascos de essência, se amontoavam as peles, se confundiam as armas tauxiadas. N'outras ruas, sob tendas de lona, havia cozinhas, grandes barracas de cerveja ou de vinho. E os saltimbancos ocupavam um lugar perto do rio, que longos olmeiros assombravam. Em volta, por toda a vasta planície, era uma confusão de carros descarregados, de pilhas de madeira, de cavalgaduras presas pelas patas, de grandes gigos onde se debatiam aves.

Apenas as portas da cidade se abriram, a multidão começou a encher as ruas da feira[...].

QUEIROZ, Eça de. São Cristóvão. Cap. XVI. Disponível em: <<http://pt.wikisource.org/>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

QUESTÃO 19

Sobre a modalidade textual predominante no trecho acima, é CORRETO afirmar:

- O texto, devido à sua ambiguidade, não pode ser classificado em nenhum dos modelos tradicionais.
- O texto não é narrativo nem descritivo porque o autor apresenta um fato e expõe sua opinião.
- O texto é descritivo porque o autor desenha o ambiente com palavras.
- O texto é um misto de narração com descrição.

Leia o texto a seguir. A questão **20** refere-se a ele.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

BRASIL. Constituição Federal (1988). Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, Ed. Atual, 2000.

QUESTÃO 20

No texto, há o predomínio da função referencial porque há ênfase

- no referente.
- no emissor.
- no receptor.
- na mensagem.

QUESTÃO 21

Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é CORRETO afirmar:

- A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) expressa paradigma de construção do sistema normativo nacional de direitos humanos, passando a vigor a partir de sua promulgação em 1988.
- A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, chamada de constituição cidadã, serviu de marco na ordem jurídica internacional e paradigma à formulação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- O movimento de internacionalização dos direitos humanos tem como marco a 2ª Guerra Mundial e seus atozes reflexos à humanidade, além de representar o ponto de partida para a reconstrução de seu conteúdo, notadamente à partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.
- Apesar de já encontrarmos normativas significativas na defesa dos direitos humanos (como a própria DUDH), somente após o ano 1215, com a “Magna Carta”, outorgada por João Sem-Terra na Inglaterra, a Organização das Nações Unidas (ONU) consegue estruturar um sistema universal de direitos humanos, ora reconhecido como Direito Internacional dos Direitos Humanos.

QUESTÃO 22

Sobre o tratamento geracional dos Direitos Humanos, é CORRETO afirmar:

- Considerando a dinamicidade da vida em sociedade e o surgimento, a cada momento, de novas pretensões relacionadas à vida humana e sua qualidade, a doutrina vem classificando suas pretensões e fases de alcance em três distintas gerações, tratando a primeira dos direitos da liberdade, a segunda dos direitos sociais e de solidariedade, e a terceira do direito do meio ambiente.
- Os direitos humanos expressados em suas múltiplas gerações são marcados pelo caráter de indivisibilidade e universalidade, este último expressando a extensão universal dos direitos humanos sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a dignidade e titularidade de direitos.
- O tratamento multigeracional (direitos de primeira, segunda e terceira geração) dos direitos humanos ocorreu de forma simultânea, a um só tempo, a partir da 2ª Guerra Mundial e com a estruturação da Organização das Nações Unidas.
- A terceira geração de direitos fundamentais afasta e anula a observância dos interesses individuais e coletivos e traz ao gênero humano o exclusivo interesse de sobrevivência, ou de existência na face da Terra.

QUESTÃO 23

No plano interno dos Direitos Humanos, é CORRETO afirmar:

- Somente com o advento da Emenda Constitucional n. 45/2004, o Estado brasileiro passa a tratar a cidadania e a dignidade da pessoa como seus fundamentos (fazendo inserir tais preceitos como incisos do Artigo 1º da Carta da República/1988).
- Apesar do complexo de normativas internacionais relacionadas com os direitos humanos, no plano interno o Brasil traz regulação bastante à garantia e à preservação dos direitos fundamentais de sua população, restringindo, como consequência, o acesso às normativas internacionais e à conjugação destas com as de direito interno.
- O Brasil somente se atentou para a adesão ao influxo da proteção da pessoa humana a partir do reconhecimento da competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Decreto Legislativo 89, de 1998).
- A política de proteção aos direitos fundamentais ganha especial relevo a partir do processo de democratização iniciado em 1985, quando o Brasil passa a ratificar os principais tratados de proteção dos direitos humanos.

QUESTÃO 24

Ainda no plano interno do tratamento dos Direitos Humanos, é CORRETO afirmar:

- As normas expressivas dos direitos e das garantias fundamentais encontram-se localizadas na Constituição Federal e não excluem outras decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, assim como dos tratados internacionais em que o Estado brasileiro seja parte.
- O Estado-Polícia traz encartado dentre suas atribuições a observância exclusiva do direito coletivo, e para seu exercício não está submetido às normas constitucionais afetas aos direitos e garantias fundamentais.
- A Constituição Federal traz como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, que coloca o homem na condição de verdadeiro titular e destinatário de todas as manifestações de poder, que não se relacionam e não limitam o exercício do poder de polícia.
- A observância ao direito da coletividade contradiz integralmente o respeito aos direitos do indivíduo.

QUESTÃO 25

A respeito da vigência do Estado de Direito, é CORRETO afirmar:

- a) Uma das expressões do Estado de Direito é a outorga que faz à autoridade policial, autorizando-a a estabelecer limites e regras às atividades dos particulares, limitadas apenas aos interesses da coletividade e do serviço público.
- b) A concepção de Direito do Estado busca instituir o governo não arbitrário, organizado segundo normas que não pode alterar, limitado pelo respeito devido aos direitos da pessoa humana.
- c) O exercício da atividade policial na atualidade, pela reflexiva limitação de direitos que encarta em sua ação, reflete o anacronismo de um regime político absolutista, no qual ao Estado se permite a imposição de obrigações ilimitadas aos particulares.
- d) A expressão do princípio da legalidade autoriza o Estado, através de suas polícias, a exercer todo tipo de ato que não lhe seja restrito ou proibido diretamente.

QUESTÃO 26

O Artigo 1º do Código Penal descreve que “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”. Este enunciado trata do princípio da:

- a) Constitucionalidade
- b) Irretroatividade
- c) Criminalidade
- d) Legalidade

QUESTÃO 27

Crime é todo fato típico e antijurídico. Existem, entretanto, fatos previstos em lei penal, portanto, típicos, mas que deixam de ser antijurídicos em razão de permissão do ordenamento jurídico, fazendo com que não tenhamos um crime. De acordo com o enunciado apresentado, considera-se causa excludente da antijuridicidade:

- a) A inexigibilidade de conduta diversa
- b) A falta de ação ou omissão
- c) O estado de necessidade
- d) A inimputabilidade

QUESTÃO 28

A “culpabilidade” é a reprovação da ordem jurídica em face de estar ligado o homem a um fato típico e antijurídico. Cometido um fato típico e antijurídico, portanto, cometido um crime, este pode não vir a ser punido, em razão da falta de um dos requisitos da culpabilidade. Diante de tal enunciado, pode-se afirmar estar amparado por uma excludente de culpabilidade o agente que ao tempo da conduta

- a) não era capaz de entender o caráter ilícito do fato.
- b) agiu no estrito cumprimento de um dever legal.
- c) reconhecidamente não teve culpa no evento.
- d) agiu em legítima defesa.

QUESTÃO 29

João Victor trafegava normalmente com seu veículo pela Avenida Perimetral Norte, em Goiânia. Cumpridor de seus deveres, ao avistar a pessoa de Pedro, que pedia passagem na faixa de pedestre, parou o seu veículo, permitindo a travessia. Pedro, entretanto, muito moleque, começou a andar de forma vagarosa, zombando da boa ação de João Victor. Alegando não ter “sangue de barata”, João Victor engrenou primeira marcha em seu veículo, avançando sobre a faixa de pedestre, em direção a Pedro, querendo atropelá-lo, vindo assim a causar-lhe lesões corporais. Dadas essas circunstâncias, João Victor praticou:

- a) Apenas uma infração de trânsito
- b) Uma conduta preterdolosa
- c) Uma conduta culposa
- d) Uma conduta dolosa

QUESTÃO 30

Trata-se da primeira fase do *iter criminis*:

- a) Consumação
- b) Cogitação
- c) Atos de execução
- d) Atos preparatórios

QUESTÃO 31

Virgulino de há muito cogitava matar seu vizinho Getúlio, uma vez estar desconfiado que este vivia dando em cima de sua mulher, Joanita. Num determinado dia, ao surpreender Getúlio e Joanita conversando na porta de sua casa, não hesitou, sacou de seu revólver, carregado com seis cartuchos, e efetuou três disparos contra o mesmo, acertando-o na barriga. Vendo que Getúlio ainda não havia morrido, aproximou-se da vítima, já caída ao solo, apontando-lhe novamente o revólver, buscando acionar o gatilho, só não conseguindo êxito em razão de Joanita ter avançado contra sua pessoa, colocando-se entre os dois, impedindo-lhe assim de matar Getúlio. Nesse caso, até que fase do *iter criminis* Virgulino alcançou?

- a) Atos preparatórios, uma vez não ter desferido todos os disparos possíveis na vítima.
- b) Consumação, tendo em vista ter ele atingido a vítima com pelo menos três disparos.
- c) Execução, não tendo consumado o ato por circunstâncias alheias à sua vontade.
- d) Execução, apesar de o agente ter desistido voluntariamente de seu ato.

QUESTÃO 32

Ao acertar a conta do bar, Marcelino veio a se desentender com Seu Joca, proprietário do Bar dos Amigos, tudo em razão de uma cerveja cobrada a mais. Achando-se enganado, e por já estar bem alcoolizado, Marcelino sacou de sua faca, tipo peixeira, desferindo vários golpes em seu desafeto. Estando Joca caído ao chão, agonizando, pediu clemência. Marcelino, ao ouvir os pedidos da vítima, mudou seu desiderato, não somente interrompendo a sessão de golpes, como ainda transportando Joca ao Hospital, buscando socorro médico. Marcelino será beneficiado com o instituto da desistência voluntária/arrepentimento eficaz na seguinte condição:

- a) Desde que Joca não venha a morrer.
- b) É indiferente Joca morrer ou se salvar.
- c) Joca poderá até vir a morrer, uma vez ter Marcelino procurado socorrê-lo.
- d) Marcelino responderá pela tentativa, não se levando em conta seu gesto.

QUESTÃO 33

Aquele que mediante mais de uma ação ou omissão pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, responde por:

- a) Concurso formal
- b) Crime continuado
- c) Concurso material
- d) Progressão criminosa

QUESTÃO 34

No ano de 2004, Ernesto dos Pampas encontrava-se processado criminalmente pelo crime de sedução, previsto no Artigo 217 do Código Penal, uma vez ter desvirginado Florismina (de 17 anos), abusando de sua inexperiência. Para sua sorte, editou-se a Lei n. 11.106, de 28 de março de 2005, que revogou o Artigo 217 do Código Penal. Em favor de Ernesto dos Pampas alega-se o instituto da:

- a) Irretroatividade da lei penal
- b) Anterioridade da lei penal
- c) *Novatio legis in melius*
- d) *Abolitio criminis*

QUESTÃO 35

No estudo do concurso de agentes, distingue-se autoria e participação. No crime de furto, previsto no Artigo 155 do Código Penal, “subtrair para si, ou para outrem, coisa alheia móvel”, é considerado autor:

- a) Aquele que adquire a coisa subtraída.
- b) Aquele que executa a ação de subtrair.
- c) Tanto o que subtrai quanto o que o auxilia.
- d) Aquele que, de qualquer forma, contribui para a subtração.

QUESTÃO 36

Os peritos passaram a ter uma garantia legal para a preservação e o isolamento de locais de infrações penais com o advento

- a) da Lei Federal n. 8.862/94.
- b) da Lei Federal n. 9.099/95.
- c) da Lei Federal n. 11.690/08.
- d) do Decreto-Lei n. 3.689/41.

QUESTÃO 37

Local de crime, quanto à disposição dos vestígios, divide-se em:

- a) Local ermo e local urbano
- b) Local interno e local externo
- c) Local idôneo e local inidôneo
- d) Local mediato, local imediato e local relacionado

QUESTÃO 38

Na grande maioria das infrações penais que deixam vestígios, quem primeiro comparece ao local de crime e procede à requisição de exames de corpo de delito (perícias) é o:

- a) Presidente de Comissão Parlamentar de Inquérito
- b) Promotor de Justiça
- c) Delegado de Polícia
- d) Juiz

QUESTÃO 39

Em local de morte violenta de pessoa, cabe fundamentalmente ao perito criminal

- a) estabelecer a diagnose diferencial entre homicídio, suicídio e acidente.
- b) determinar provas imateriais do evento.
- c) determinar o histórico do caso.
- d) estabelecer a causa da morte.

QUESTÃO 40

Faz parte dos requisitos legais para a realização de exames de corpo de delito:

- a) Perito assistente técnico, portador de curso superior
- b) Perito não oficial, não portador de curso superior
- c) Perito judicial, não portador de curso superior
- d) Perito oficial, portador de curso superior

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questão	Alternativas			
1	a	b	c	d
2	a	b	c	d
3	a	b	c	d
4	a	b	c	d
5	a	b	c	d
6	a	b	c	d
7	a	b	c	d
8	a	b	c	d
9	a	b	c	d
10	a	b	c	d
11	a	b	c	d
12	a	b	c	d
13	a	b	c	d
14	a	b	c	d
15	a	b	c	d
16	a	b	c	d
17	a	b	c	d
18	a	b	c	d
19	a	b	c	d
20	a	b	c	d
21	a	b	c	d
22	a	b	c	d
23	a	b	c	d
24	a	b	c	d
25	a	b	c	d
26	a	b	c	d
27	a	b	c	d
28	a	b	c	d
29	a	b	c	d
30	a	b	c	d
31	a	b	c	d
32	a	b	c	d
33	a	b	c	d
34	a	b	c	d
35	a	b	c	d
36	a	b	c	d
37	a	b	c	d
38	a	b	c	d
39	a	b	c	d
40	a	b	c	d